



BANCO BRASILEIRO DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF nº 01.852.137/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Além disso, em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2024, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 2.179,1 milhões, crescimento de 235,1% em relação a 31 de dezembro de 2023. Os destaques foram para o valor presente das operações de crédito que atingiram R\$ 1.324,8 milhão neste exercício, um crescimento de 221,8% em relação ao exercício anterior. Em contrapartida, as operações de arrendamento mercantil, com valor presente de R\$ 160,4 milhões, apresentaram redução de 1,7%, na mesma base de comparação. Também neste exercício as operações de títulos de créditos a receber atingiu o montante de R\$ 397,5 milhões.

Outros destaques foram as Disponibilidades que atingiram R\$ 124,6 milhões, dos quais R\$ 115,0 milhões em Outros depósitos no Banco Central do Brasil, R\$ 97,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), R\$ 61,0 milhões em Créditos Tributários.

A captação de recursos destinados às operações de crédito e arrendamento mercantil totalizavam R\$ 1.841,4 bilhão, um crescimento de 269,3% frente à 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 1.756,1 bilhão através de Depósitos a Prazo, com crescimento de 274,4% e R\$ 77,9 milhões em depósitos financeiros, enquanto que as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R\$ 1,2 milhões, apresentaram redução de 96,7% no mesmo período de comparação.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 254,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, com índice de Basileia de 14,2% (31 de dezembro de 2023 – 17,1%).

O resultado do exercício contábil foi de R\$ 1,5 milhões.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança, São Paulo, 27 de março de 2025.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	9.596	26.161	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.841.379	683.779
Títulos e Valores Mobiliários	5a	97.318	70.657	- Depósitos Interfinanceiros	10a	77.932	-
Títulos e Valores Mobiliários		97.318	70.657	- Depósitos a Prazo	10b	1.756.132	639.887
Créditos Vinculados	4	115.000	14.496	- Outros Depósitos	10c	6.074	6.116
Banco Central - Outros Depósitos		115.000	14.496	- Letras de Arrendamento Mercantil	10d e	1.241	37.776
Operações de Crédito	6a	1.324.767	597.240	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	31.530	35.569
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(44.730)	(15.615)	Outros Passivos	12	51.683	36.334
- Operações de Crédito		(44.730)	(15.615)	Patrimônio Líquido		254.521	171.221
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	160.356	163.036	Capital Social	13a	250.000	165.000
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(7.987)	(3.705)	Reservas de Lucros	13b	4.521	6.221
- Operações de Arrendamento Mercantil		(7.987)	(3.705)				
Créditos Tributários	20b	60.972	43.566				
Títulos e Créditos a Receber		397.517	-				
Outros Créditos	6c	400.959	-				
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	(3.442)	-				
- Operações de Outros Crédito		(3.442)	-				
Imobilizado de uso	7	924	302				
Depreciações Acumuladas	7	(223)	(158)				
Intangível	8	14.931	7.868				
Amortizações Acumuladas	8	(3.521)	(1.776)				
Outros Ativos	9	54.193	24.831				
TOTAL DO ATIVO		2.179.113	926.903	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.179.113	926.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		177.915	317.307	243.677
Rendas de operações de créditos		113.099	189.319	84.273
Operações de arrendamento mercantil	6j	52.554	109.870	147.477
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	12.262	18.118	11.927
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(120.208)	(203.397)	(174.209)
Operações de captação no mercado	10	(83.435)	(126.207)	(66.480)
Operações de arrendamento mercantil	6j	(36.773)	(77.190)	(107.729)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		57.707	113.910	69.468
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(34.508)	(50.443)	(16.307)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	6g	(34.508)	(50.443)	(16.307)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(26.507)	(55.179)	(50.219)
Receitas de prestação de serviços	14	8.256	14.257	6.625
Despesas de pessoal	15	(13.629)	(23.295)	(16.349)
Outras despesas administrativas	16	(32.932)	(56.482)	(36.259)
Despesas tributárias	17	(4.906)	(9.179)	(6.369)
Outras receitas operacionais	18	20.395	26.061	6.548
Outras despesas operacionais	19	(3.691)	(6.541)	(4.415)
RESULTADO OPERACIONAL		(3.308)	8.288	2.942
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(738)	(2.486)	(1.895)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(4.046)	5.802	1.047
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		428	(4.352)	850
Imposto de renda e Contribuição social	20a	3.401	1.321	850
Participação sobre o resultado	15	(2.973)	(5.673)	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		(3.618)	1.450	1.897
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		(0,01)	0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2023
(Prejuízo) Lucro do Período		(3.618)	1.450	1.897
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-
(Prejuízo) Lucro do Período		(3.618)	1.450	1.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. "Companhia" sediada à rua Dr. Renato Paes de Barros 1.017 Itaim Bibi CEP 04530-001, é uma sociedade anônima de capital fechado e está autorizado a operar como banco múltiplo que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Atualmente o Banco Brasileiro de Crédito S.A. é controlado pela BBC Holding Financeira Ltda detentora de 100% do capital social. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução no. 4818/20, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 23). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que a moeda funcional do Banco Brasileiro de Crédito S.A.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades: Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **c) Instrumentos Financeiros: Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: **• Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e **• Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificados nesta categoria. **d) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil:** As operações de crédito são registradas a valor presente calculado "pro-rata-dia" com base na taxa de juros contratual, até 59 dia de atraso (nota 6a). A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b) Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b); De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b). Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos. No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais - R\$)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Lucro Líquido	-	-	-	1.897	1.897
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 20/10/2023	20.000	-	-	-	20.000
Aumento de Capital	35.000	-	-	-	35.000
Destinação	-	95	1.802	(6.221)	(4.324)
Reservas	-	95	1.802	(1.897)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.324)	(4.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	857	9.688	(4.324)	171.221
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	165.000	857	5.364	-	171.221
Lucro Líquido	-	-	-	1.450	1.450
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central 28/05/2024	85.000	-	-	-	85.000
Destinação	-	253	(1.953)	(1.450)	(3.150)
Reservas	-	253	2.315	(2.568)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(4.268)	4.268	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.150)	(3.150)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	250.000	1.110	3.411	-	254.521
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	250.000	1.110	7.679	-	257.789
Lucro Líquido	-	-	-	(3.618)	(3.618)
Destinação	-	-	(4.268)	3.618	(650)
Absorção de prejuízos acumulados com Reservas	-	-	(3.618)	3.618	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(650)	-	(650)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	250.000	1.110	3.411	-	254.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2024	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(4.046)	5.802	1.047
Ajustes ao Resultado		154.856	254.311	190.596
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniência	6j	36.772	77.190	106.619
Amortizações	19	1.047	1.810	1.236
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		46	64	(46)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	34.508	50.443	16.307
Despesas de operações de captação no mercado	10	82.483	124.804	66.480
Variações de Ativos e Obrigações		(57.641)	(198.016)	(192.243)
Variação em títulos e valores mobiliários		2.452	(12.229)	(30.769)
Variação de operações de crédito		(417.310)	(739.387)	(358.921)
Variação em operações de arrendamento mercantil		(34.776)	(47.567)	(11.904)
Variação de outras obrigações		(1.867)	(39.137)	(29.550)
Variação em depósitos		663.826	1.088.285	262.367
Variação em outros créditos		(253.389)	(420.235)	(11.069)
Variação em outros valores e bens		(6.364)	(10.087)	(2.624)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(10.213)	(17.659)	(9.773)
Caixa Líquido Proveniente Nas Atividades Operacionais		93.169	62.097	(600)
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(4.756)	(7.685)	(4.428)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(4.756)	(7.685)	(4.428)
Aumento de Capital Social		-	85.000	55.000
Juros sobre o capital próprio		(650)	(3.150)	(4.324)
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(1.423)	(37.827)	(60.101)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(2.073)	44.023	(9.425)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		86.340	98.435	(14.453)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		38.256	26.161	40.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	124.596	124.596	26.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil:** A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros. Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário. A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 9). **l) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **k) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros: i) Depósitos interfinanceiros e a prazo -** São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras. **ii) Outros depósitos -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. **iii) Letras de Arrendamento Mercantil -** Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes: **i - Ativos e Passivos Contingentes -** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias -** Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **m) Outros Ativos e Passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras. **o) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **p) Eventos subsequentes:** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **q) Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES E CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	9.596	6.151
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	20.010
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b) (c)	-	20.010
Créditos Vinculados	115.000	14.496
- Aplicações em depósitos voluntários (Bacen) (c)	115.000	14.496
Total de caixa e equivalentes de caixa	124.596	40.657

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Financeiro do Tesouro - LFT; e (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI; (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:	31/12/2024	31/12/2023
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	97.318	70.657
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)		
Total	97.318	70.657

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2028, remuneradas a uma taxa.

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:	31/12/2024	31/12/2023
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Valor de custo	97.399	70.674
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(81)	(17)
Valor Contábil	97.318	70.657

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	30	492	4.163
Rendas de títulos de renda fixa	5.041	9.765	7.754
Rendas de depósitos Voluntários (Bacen) (2)	7.191	7.861	10
Total	12.262	18.118	11.927

(1) Vide nota 4. (2) Aplicação em depósitos voluntários junto ao BACEN com remuneração diária. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**a) Composição da carteira de financiamento**

	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento de veículos	1.315.755	595.915
Capital de Giro	6.097	1.325
Crédito Pessoal	2.915	-
Valor presente das operações de crédito	1.324.767	597.240

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos a receber – setor privado	162.302	189.876
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil imobilizado de arrendamento (nota 6i)	(159.953)	(186.202)
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	305.784	356.563
- Depreciações acumuladas (nota 6i)	(75.578)	(95.555)
- Superveniência de depreciação (nota 6i)	(201.583)	(237.664)
(-) Valor residual garantido antecipado	126.005	142.109
(+) Perdas em arrendamento (nota 6i)	(74.006)	(102.691)
Total	1.807	1.045
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	160.356	163.036

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

c) Títulos e créditos a Receber: Contratos firmado entre as partes de operações com características de concessão de crédito sem coobrigação com os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 60 dias	179.591	-
A vencer de 61 a 90 dias	83.343	-
A vencer de 91 a 180 dias	105.590	-
A vencer de 181 a 360 dias	31.707	-
A vencer acima de 360 dias	728	-
Total	400.959	-

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de Risco	Curso anormal			Curso Normal	Total	%
	Vencidas	Vincendas	Total do curso anormal			
AA	-	241.482	241.482	3.979	245.461	13,0
A	178	931.436	931.614	21	931.635	49,4
B	1.388	501.294	502.682	1.064	503.746	26,7
C	2.292	116.612	118.904	1.140	120.044	6,4
Subtotal	3.858	1.790.824	1.794.682	6.204	1.800.886	95,5
D	2.769	29.839	32.608	641	33.249	1,8
E	1.112	9.942	11.054	185	11.239	0,6
F	959	5.251	6.210	118	6.328	0,2
G	1.261	5.304	6.565	105	6.670	0,3
H	7.126	20.142	27.268	442	27.710	1,5
Subtotal	13.227	70.478	83.705	1.491	85.196	4,5
Total Geral em 31/12/2024	17.085	1.861.302	1.878.387	7.695	1.886.082	100,0
%	0,9	98,7	99,6	0,4	100,0	
Total Geral em 31/12/2023	8.149	59.464	67.613	692.663	760.276	100,0
%	1,1	7,8	8,9	91,1	100,0	

Nível de Risco	Provisionamento requerido	Específica			Mínima requerida		Total em 31/12/2024	%	Total em 31/12/2023	%
		Vencidas	Vincendas	Total específica	Genérica	Total				
AA	-	-	604	-	604	604	604	1,1	443	2
A	0,5	1	4.657	4.658	20	4.678	4.678	8,3	2.036	10,5
B	1,0	14	5.013	5.027	11	5.038	5.038	9,0	1.006	5,2
C	3,0	69	3.498	3.567	34	3.601	3.601	6,4	1.414	7,3
Subtotal		84	13.772	13.856	65	13.921	13.921	24,8	4.899	25,5
D	100	277	2.984	2.984	64	3.325	3.325	5,9	923	4,8
E	30,0	333	2.983	3.316	56	3.372	3.372	6,0	1.437	7,3
F	50,0	479	2.625	3.104	59	3.163	3.163	5,6	1.403	7,3
G	70,0	883	3.712	4.595	73	4.668	4.668	8,3	1.969	10,2
H	100,0	7.126	20.142	27.268	442	27.710	27.710	49,3	8.689	74,5
Subtotal		9.098	32.446	41.544	694	42.238	42.238	75,2	14.421	74,5
Total Geral em 31/12/2024		9.182	46.218	55.400	758	56.159	56.159	100,0	19.320	100,0
%		16,4	82,3	98,6	1,3	100,0	100,0			
Total Geral em 31/12/2023		3.132	9.502	12.634	6.685	19.320	19.320	100,0		
%		16,2	49,2	65,4	34,6	100,0	100,0			

e) Composição da carteira por prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos há mais de 14 dias	17.085	6.161
A vencer até 60 dias	301.063	60.317
A vencer de 61 a 90 dias	140.045	28.147
A vencer de 91 a 360 dias	564.860	229.097
A vencer acima de 360 dias	863.029	436.554
Total	1.886.082	760.276

f) Composição da carteira por setor econômico:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	1.199.459	63,6	432.098	56,8
Serviços	1.009.092	53,5	396.340	52,1
Transportes terrestres	406.741	21,6	226.906	29,8
Aluguéis não imobiliários	155.467	8,2	93.963	12,4
Serviços da construção	70.963	3,8	36.347	4,8
Armazenamento e atividades auxiliares	58.250	3,1	39	0,0
Demais serviços	317.671	16,8	39.085	5,1
Indústria	44.716	2,4	11.679	1,5
Fabricação de produtos alimentícios	13.203	0,7	4.388	0,6
Fabricação de produtos de metal	1.684	0,1	1.107	0,1
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	20.827	1,2	-	-
Fabricação de prod. de borrachas e de mat. Plásticos	263	-	284	-
Fabricação de móveis	178	-	410	0,1
Extração de minerais não-metálicos	4.675	0,2	1.556	0,2
Demais Indústria	3.886	0,2	3.934	0,5
Comércio	123.905	6,6	22.435	3,0
Comércio atacadista	44.109	2,3	9.814	1,3
Comércio varejista	79.008	4,2	12.314	1,6
Comércio de veículos	788	0,1	307	0,1
Outros	21.746	1,2	1.644	0,2
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	21.746	1,2	1.644	0,2
Pessoa física	686.623	36,4	328.178	43,2
Total	1.886.082	100,0	760.276	100,0

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	19.320	16.813
Constituição da provisão	50.443	16.307
Baixa para prejuízo	(13.604)	(13.800)
Saldo no final do período	56.159	19.320

h) Recuperação e renegociação de créditos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 5.911 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 4.345). No exercício foram renegociadas 52 operações no montante de R\$ 9.852 com prorrogação de 90 dias.

i) Imobilizado de Arrendamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Veículos e Afins	291.532	338.331
Máquinas e Equipamentos	14.252	18.232
Depreciação Acumulada	(201.583)	(237.664)
Superveniência de Depreciação	126.005	142.109
Perdas em Arrendamento	1.807	1.045
Total do imobilizado de arrendamento	232.013	262.053

j) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Rendas de arrendamento mercantil (Insuficiência) / Superveniência de depreciação	49.080	107.565	146.368
	3.474	2.305	1.109

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

b) Depósitos a prazo	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento		
01 a 30 dias	112.305	76.627
31 a 180 dias	778.015	161.327
181 a 360 dias	387.402	229.024
Acima de 360 dias	478.410	172.909
Subtotal	1.756.132	639.887

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 montaram a R\$ 119.820 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 57.904).

c) Outros depósitos: Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

Outros depósitos	31/12/2024	31/12/2023
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.074	6.116
Total	6.074	6.116

d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento		
01 a 30 dias	276	3.919
31 a 180 dias	703	16.795
181 a 360 dias	262	15.877
Acima de 360 dias	-	906
Subtotal	1.241	37.497

e) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Res. BACEN 2921/2002)	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento		
31 a 180 dias	-	279
181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	-
Subtotal	-	279
Total	1.242	37.776

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 montou a R\$ 1.293 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 6.940).

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	Em 31 de dezembro			
	2024 Ativo (passivo)	2023 Ativo (passivo)	2024 Receitas (despesas)	2023 Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações ativas vinculadas				
Operações de arrendamento mercantil	-	1.397	380	816
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	-	(279)	(34)	(56)
Resultado Líquido das operações Vinculadas				
	-	1.118	346	760

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

• **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. Em outubro recebemos a intimação da Prefeitura municipal de São Paulo referente a tributação do valor residual antecipado dos contratos de arrendamento, que totalizam em 31 de dezembro de 2024 R\$ (3.462), classificado como perda possível. • **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2024 R\$ (2.780), em 31 de dezembro de 2023 no montante total de R\$ (1.533).

12) OUTROS PASSIVOS	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio	6.353	3.675
Fiscais e previdenciárias	23.669	10.745
Provisão para pagamento a efetuar	7.359	7.174
Credores diversos	10.384	12.109
Outros	3.918	2.631
Total	51.683	36.334

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 R\$ 250.000, e em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 165.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros:	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal (1)	1.110	857
Reservas estatutárias (2)	3.411	9.688
Reservas de lucros	4.521	10.545

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado.

Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no exercício de 2024 não foram provisionados dividendos,

c) Juros sobre o capital próprio: Em reunião da Diretoria, foram aprovadas as propostas para pagamento aos acionistas de juros sobre capital relativos ao exercício de 2024, respectivamente no montante de R\$ 3.150.

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas com cartões pré-pagos (1)	-	-	40
Rendas de operações de crédito	7.128	12.276	5.746
Rendas com comissão de seguros	1.128	1.981	839
Total	8.256	14.257	6.625

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15) DESPESAS DE PESSOAL	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	8.866	15.378	11.003
Encargos sociais	3.251	5.435	3.648
Benefícios	1.512	2.482	1.698
Total	13.629	23.295	16.349

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços do sistema financeiro	216	374	345
Serviços de terceiros	22.477	37.456	13.182
Honorários da diretoria (21b)	1.782	3.430	9.585
Serviços técnicos especializados	1.600	2.659	2.086
Processamento de dados	4.363	7.708	6.247
Despesas com cobrança contratos	22	632	1.481
Despesas com reembolso partes relacionadas	641	1.446	1.589
Comunicações	97	158	162
Aluguéis	589	1.118	1.034
Publicações	75	124	131
Outras	1.070	1.377	417
Total	32.932	56.482	36.259

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	3.381	6.098	3.313
PIS	549	991	538
ISS	976	2.090	2.518
Total	4.906	9.179	6.369

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de prejuízo	2.402	5.911	4.345
Outras rendas operacionais (a)	15.105	15.879	1.536
Reversão de provisão	2.888	4.271	667
Total	20.395	26.091	6.548

(a) Refere-se as receitas de operações com característica de concessão de crédito iniciada no exercício de 2024.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Associação de Classe	63	132	151
Desconto concedido	436	1.179	693
Despesas com Bens recuperados	2.025	3.249	1.602
Despesas com provisão Contingência	32	45	308
Depreciação e amortização (1)	1.047	1.810	1.236
Despesas com viagem	24	36	37
Despesas Provisão outros créditos	2.083	2.083	323
Outras	64	90	65
Total	5.774	8.624	4.415

(1) Bens Intangíveis

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(4.046)	5.802	1.047
Alíquota vigente (nota 3j)	45%	45%	45%
Imposto de renda e Contribuição apurada / Expectativa de crédito	1.821	(2.611)	(471)
Juros Sobre o Capital Próprio	292	1.417	1.946
Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	1.288	2.515	(625)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.401	1.321	850

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2023	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.862	22.699	(3.031)	37.530
Provisão Processos Trabalhistas	27	28	(8)	47
Provisão para publicação	-	-	-	-
Outras Adições	1.446	3.790	(1.398)	3.838
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	19.335	26.517	(4.437)	41.415
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	24.231	-	(4.674)	19.557
Total Crédito tributário	43.566	26.517	(9.111)	60.972
Obrigações fiscais diferidas (1)	(35.527)	-	4.026	(31.501)
Obrigações diferidas de MTM	(42)	-	13	(29)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	7.997	26.517	(5.072)	29.442

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação. (2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 19.557 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 24.231), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. **c)** Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Imposto de Renda	Contribuição social	Total 31/12/2024
2025	9.203	7.363	16.566
2026	3.727	2.982	6.709
2027	2.524	2.019	4.543
2028	1.590	1.272	2.862
2029	5.964	4.772	10.736
Total dos créditos tributários (2)	23.008	18.408	41.416

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 29.057(31 de dezembro de 2023 – R\$ 15.653).

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2024 Ativo (passivo)	2023 Ativo (passivo)	2024 Receitas (despesas)	2023 Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
Movida Locação de Veículos S.A.	(989)	(765)	(10.710)	(6.850)
Automob S.A.	(454)	(299)	(6.388)	(1.333)
Transrio Caminhões Ônibus Ltda.	(106)	(439)	(811)	(975)
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais	(119)	(7)	(89)	(5)
Vamos Locação de Caminhões Máquinas	(762)	(569)	(1.409)	(779)
BBC Pagamentos Ltda.	(137)	-	(137)	-
Valores a Pagar				
• JSL S/A e Controladas	(7)	(15)	(760)	-
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A e Controladas	(238)	(220)	(2.446)	(2.136)
Valores a Receber				
• Vamos Locação de Caminhões Máquinas	927	337	-	-
• Automob S.A.	204	-	-	-
• BBC Holding Financeira Ltda.	-	34	-	-
• BBC Pagamentos Ltda.	-	51	-	-
• Outras Controladas	75	3	-	-
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda.	(1.241)	(3.802)	(271)	(584)
• SIMPAR S.A.	-	(1.061)	(9)	(480)
• Mogi Passes Ltda.	-	(32.634)	(1004)	(5.355)
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	-	-	-	(454)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002).	-	(279)	(8)	(56)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 3.430 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.585).

c) Benefícios Pós Emprego: Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia. A gestão de riscos é efetuada por meio de políticas internas, onde visam definir princípios, diretrizes e responsabilidades no monitoramento dos diversos riscos inerentes às operações e processos, sendo divididos em mercado, liquidez, crédito, operacional e gestão de capital, alinhados com a estratégia de negócios. Além de políticas, esses riscos possuem os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito e Comitê de Ativos e Passivos, onde é observado suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de riscos, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos que se reporta diretamente ao Diretor Presidente, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio. O Banco BBC realiza sua gestão de risco através do conceito das três linhas e mantem um conjunto de procedimentos alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais e regulamentares, além das políticas internas. O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos que também estão associados a gestão de continuidade. Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*) e, as estruturas de gerenciamento estão divulgadas de diretório de acesso público no sítio do BBC Digital, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br>. Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **a) Risco de Crédito:** Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. As exposições ao risco de crédito são monitoradas de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, o acompanhamento e avaliação de sua composição, a concentração e sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e evolução, além dos níveis de atraso, renegociações e recuperações. Todos os limites estabelecidos são comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. A Companhia concentra a governança do risco de crédito mensalmente através do Comitê de Crédito e Cobrança. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, esse comitê possui a participação do corpo diretivo colegiado, os representantes das áreas de Riscos, Compliance, Crédito e Cobrança e tem como principais pautas as seguintes premissas: (a) analisar o perfil de cada carteira de crédito; (b) acompanhar limites de concentração; (c) definir metodologias de cálculo e testes de estresse; (d) alinhar métricas de apuração de risco; (e) alinhar estratégia entre as áreas voltadas ao risco de crédito; (f) garantir fóruns de discussões técnicas nas alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias; (g) acompanhar o desempenho da carteira; (h) acompanhar modelos utilizados e seus fatores decisórios; (i) acompanhar critérios utilizados nos testes de estresse e resultados obtidos; (j) acompanhar e monitorar, quando aplicável, casos de parcelas não pagas e quantidade de dias com contratos vencidos; (k) acompanhar processos que estão em recuperação de crédito; (l) acompanhar indicadores de inadimplência; (m) monitorar renegociações. Para a concessão de crédito, o Banco BBC visa obter o maior volume de informações sobre o cliente e seu negócio (em casos de pessoa jurídica), onde se norteia em avaliar a capacidade de cumprimento de suas obrigações, assumidas pelo cliente. Estes insumos atrelados ao enquadramento do cliente às políticas de crédito, subsidiam a tomada de decisão final. O risco de crédito é iniciado no momento em que a operação é aprovada e, seu monitoramento é contínuo e realizado pelo modelo interno da Companhia, onde visa mensurar e detectar alterações no risco do cliente. O monitoramento contínuo envolve entre outras premissas a análise dos clientes e suas garantias atreladas, níveis de concentração e indicadores de inadimplência. Este modelo envolve a classificação individualizada por cliente e seus percentuais de provisão de perda são calculados por meio do uso do método de rolagem com base no(s) contrato(s) de maior nível de provisão. É assegurado nestes procedimentos que todas as operações de crédito aprovadas estejam respaldadas com suas devidas garantias e corretamente analisadas e formalizadas, de maneira tal que seja viável a execução, se necessário. Para isto, no processo de aceite de proposta há análises de cada garantia no intuito de eliminar possíveis fraudes. As garantias mínimas exigidas são definidas durante o processo de aprovação e sua aplicação é garantida de forma sistêmica. A periodicidade do acompanhamento de garantia pode variar conforme sua característica. A saber: (i) Veículos: análise e acompanhamento mensal do valor justo; (ii) Outros casos, como máquinas: avaliação na efetivação da operação, ou quando houver sinais de deterioração do cliente e/ou da operação. Os bens recebidos a processos de consolidação de dívidas, referente a operações de créditos baixadas do ativo, são integralmente provisionados. Conforme estabelecido pela IFRS 9, o Banco adotou o modelo de metodologia simplificada para a classificação de suas operações com vigência a partir do primeiro dia de janeiro de 2025, onde classificará suas operações de crédito como perda esperada até 90 dias de atraso. Em casos em que o contrato estiver acima de 90 dias de atraso, o cliente e suas operações serão arrastadas para provisão de perda inadimplida, elevando seus respectivos percentuais de provisão. **b) Risco de Mercado e do IRRBB:** Define-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos. A esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O gerenciamento envolve a classificação das posições deitadas pela Companhia em carteira de negociação ou bancária, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. O monitoramento sobre a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações é realizado periodicamente. A análise de sensibilidade é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado diante de eventuais cenários. Abaixo, demonstramos o impacto nas posições dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, sendo aplicado 4 (quatro) cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

c) Risco Operacional: A gestão de risco operacional possui metodologia específica para identificação, avaliação, monitoramento, controle e definição do tratamento adequado do risco. É utilizado recursos de tecnologias desenvolvidas internamente para comunicação de incidentes de cunho operacional, possibilitando assim que o gestor de cada área acompanhe os eventos ocorridos. A área de ocorrência também é encarregada, juntamente com os representantes da 2ª Linha, da avaliação da cadeia de valor, ao assegurar boas práticas de Governança. O gerenciamento de risco operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. Este método de controle permite a atuação preventiva e corretiva, onde mitiga novos eventos de mesma origem e reincidência de falhas. **d) Risco de Liquidez:** Define-se risco de liquidez a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; além da possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. São adotadas medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma política de gerenciamento de caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, fluxo de caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. Os controles elaborados visa identificar os possíveis impactos no caixa dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez (testes de estresse). Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos quanto fatores externos. O caixa é gerenciado de forma centralizada pela área da Tesouraria, o monitoramento é realizado pela área de Riscos e pelo Comitê de Ativos e Passivos, com periodicidade mínima mensal, tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas, além de ferramentas como o Plano de Contingência de Liquidez, a Reserva Mínima de Liquidez, o controle de esgotamento de caixa, avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação dos cenários de estresse nas condições de liquidez. **e) Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle para adequar o volume das operações e aos riscos que a Companhia está sujeita. Sua estrutura é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, com observação das seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos e objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, na antecipação de necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares, legais e de mercado; • Manter colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a área de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos.

(R\$ milhares)	2024	2023
Patrimônio de Referência (PR)	243.588	122.712
Ativos ponderados pelo Risco		
Risco de crédito	1.581.613	629.781
Risco de mercado	-	-
Risco operacional	130.535	89.415
RWA total	1.712.148	719.196
Índice de Basiléia	14,2%	17,1%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (10,5%).

23) APRESENTAMOS O BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeter- minado	Total
Ativo						
Disponibilidades	124.596	-	-	-	-	124.596
Títulos e Valores Mobiliários	97.318	-	-	-	-	97.318
Títulos e Valores Mobiliários	97.318	-	-	-	-	97.318
Operações de créditos	52.273	236.409	239.678	796.407	-	1.324.767
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.905)	(6.172)	(6.449)	(30.204)	-	(44.730)
- Operações de Créditos	(1.905)	(6.172)	(6.449)	(30.204)	-	(44.730)
Operações de Arrendamento Mercantil	8.586	34.933	33.858	82.979	-	160.356
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(505)	(1.672)	(1.486)	(4.324)	-	(7.987)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(505)	(1.672)	(1.486)	(4.324)	-	(7.987)
Créditos Tributários	60.972	-	-	-	-	60.972
Outros Créditos	47.789	320.735	31.707	728	-	400.959
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(435)	(2.738)	(262)	(7)	-	(3.442)
- Operações de Outros Crédito	(435)	(2.738)	(262)	(7)	-	(3.442)
Imobilizado de uso	-	-	-	-	701	701
Intangível	-	-	-	-	11.410	11.410
Outros Ativos	24.945	9.956	19.292	-	-	54.193
Total em 31 de dezembro de 2024	413.634	591.451	316.338	845.579	12.111	2.179.113
Total em 31 de dezembro de 2023	155.592	148.227	152.204	464.644	6.236	926.903

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeter- minado	Total
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	148.669	805.834	408.467	478.410	-	1.841.380
- Depósitos Interfinanceiros	30.014	27.115	20.803	-	-	77.932
- Depósitos a Prazo	112.305	778.015	387.402	478.410	-	1.756.132
- Outros Depósitos	6.074	-	-	-	-	6.074
- Letras de Arrendamento Mercantil	276	704	262	-	-	1.242
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	31.530	-	31.530
Outros Passivos	31.906	10.457	9.320	-	-	51.683
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	254.520	254.520
Capital Social	-	-	-	-	250.000	250.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	4.520	4.520
Total em 31 de dezembro de 2024	180.575	816.291	417.787	509.940	254.520	2.179.113
Total em 31 de dezembro de 2023	116.677	184.720	244.901	209.384	171.221	926.903

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes: De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2024 foi de R\$ 1.450 e de 2023 no montante de R\$ 1.897 ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes. **b) Ativos intangíveis** são representados por aquisição de licenças de *softwares*. **c) No processo de convergência** as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2024, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram: • Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); • Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24); • Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1); • Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) • Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1); • Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1); • Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1); • Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e • Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46), • Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41) • Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27) • Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47). **d) A Resolução CMN nº 4.966/21** estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias: - Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros. - Substituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. - Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras. - Reconhecimento de custos de transação imateriais. - Apropriação de receita.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2025. Demonstrações Comparativas - Impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares Abaixo estão apresentados os efeitos decorrentes da adoção inicial da norma e impactos para fins comparativos às demonstrações financeiras de 31/12/2024:

Patrimônio Líquido antes dos ajustes estimados pela adoção da Resolução 4.966 31/12/2024	254.521
Provisão para perdas esperadas, líquido dos efeitos fiscais	16.580
Patrimônio Líquido, após ajustes da Resolução 4.966 01/01/2025	237.941

DIRETORIA EXECUTIVA	
Paulo Rogério Caffarelli Diretor Presidente	
DIRETORES	
Luiz Felipe Bertozzo Francischinelli	
Paulo Francisco Pinho	
Heubner Lopes Bustamante	
Carlos Henrique Fagundes	
Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Naves Martelletto
Contador CRC MG105346/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>